

rido em nome de Luís Fernando Rodrigues Ferreira, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares deverão ser entregues no Serviço acima identificado.

18 de Julho de 2007. — O Vereador, por subdelegação, *António Guedes Barbosa*.

2611034516

**Aviso n.º 13 937/2007**

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 16 de Julho de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração aos lotes 2 a 7 do loteamento titulado pelo alvará n.º 02/01, para os prédios localizados na Rua de Egas Moniz, freguesia de Arcozelo, descritos na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob os n.ºs 02921/161003 a 02926/161003, requerido em nome de TRANS-ESPAÇO, Transacções Imobiliárias, L.ª, que decorrerá pelo prazo de 15 dias contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares deverão ser entregues no serviço acima identificado.

18 de Julho de 2007. — Por subdelegação, o Vereador, *António Guedes Barbosa*.

2611034552

**Aviso n.º 13 938/2007**

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 10 de Julho de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote 5 do loteamento titulado pelo alvará n.º 71/84, para o prédio localizado na Travessa de Santa Isabel, freguesia de Avintes, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 00608/171287, requerido em nome de Manuel Augusto de Jesus Brandão, que decorrerá pelo prazo de 15 dias contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares deverão ser entregues no serviço acima identificado.

18 de Julho de 2007. — Por subdelegação, o Vereador, *António Guedes Barbosa*.

2611034573

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO****Aviso n.º 13 939/2007**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que foram celebrados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo abaixo indicados, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Categoria de auxiliar técnico de campismo, escalão 1, índice 199, com início em 1 de Junho e termo em 31 de Outubro de 2007:

Lígia de Fátima Chaves Moura Andrade.  
Vanessa Maria Leandres Figueiredo Carreiro.  
Joana Raquel Pereira da Costa.

Categoria de vigilante de parque de campismo, escalão 1, índice 128, com início em 15 de Junho e termo em 14 de Outubro de 2007:

Lídio José Monteiro Chaves.

Categoria de guarda-nocturno, escalão 1, índice 133, com início em 15 de Junho e termo em 14 de Outubro de 2007:

Adroaldo Manuel Resendes Cabral.  
Aristides Nascimento Cristo Amber Raposo.  
Pedro Humberto Damião Dias.

Categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, com início em 1 de Junho e termo em 30 de Novembro de 2007:

Ana Paula Melo Cabral Dias.  
Laura Lúcia Bairos Figueiredo.  
Urbina Resendes Duarte Travassos.  
Lúcia da Conceição Resendes Freitas.  
Mariana Cabral Costa Raposo.  
Luísa Coelho Terra.

[Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

15 de Junho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Nélia Maria Coutinho Figueiredo*.

2611034382

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL****Aviso n.º 13 940/2007**

Torna-se público que, por despachos de 18 de Julho e na sequência de procedimento interno de selecção, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2000, de 26 de Março, mudaram de nível nas carreiras de informática os funcionários Amândio José Ferreira de Azevedo (do nível 1 para o nível 2, escalão 1, índice 660, da carreira de especialista de informática de grau 2) e António Henrique Ferreira Oliveira Baptista, Fernando Batista Machado e Alceu Cordeiro Valente (do nível 1 para o nível 2, escalão 1, índice 520, da carreira de técnico de informática de grau 2).

18 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

2611034485

**Aviso n.º 13 941/2007**

Torna-se público que, por meu despacho de 18 de Julho e na sequência de concurso interno de acesso limitado, é nomeado Rogério de Sousa Teixeira operário altamente qualificado principal (montador-electricista), escalão 1, índice 233.

19 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

2611034483

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE****Aviso n.º 13 942/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 13 do corrente mês de Julho, foi provido o especialista de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal desta autarquia José Ismael Lopes Graça no grau 3, nível 2, 1.º escalão, índice 780, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março. (Não sujeito a visto do Tribunal de Contas. Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

16 de Julho de 2007. — O Vereador, com competência delegada, *António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela*.

2611034455

**Aviso n.º 13 943/2007**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torno público que, por despacho do presidente da Câmara de 12 de Julho de 2007, admiti a licenciada Isabel Cristiana Vivas Gomes Alves, em regime de contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para realizar o estágio de ingresso na carreira de técnica superior (área de recursos humanos), pelo prazo de um ano, com início no 1.º dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos da alínea d) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

17 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela*.

2611034444

**Aviso n.º 13 944/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 13 do corrente mês de Julho, foi nomeada, do quadro de pessoal

desta autarquia, Júlia Maria Oliveira Gonçalves, auxiliar de acção educativa, nível 1 (1.º escalão, índice 142), nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, devendo tomar posse no respectivo lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

17 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela*.

2611034480

## CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

### Aviso (extracto) n.º 13 945/2007

#### Transferência de funcionária

Hermínio Loureiro de Magalhães, vereador da Câmara Municipal de Viseu, no uso da competência delegada, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 1, alínea a), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que, por despacho de 9 de Julho de 2007, foi autorizada a transferência, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, de Tânia Cristina de Almeida e Pinho Neves Oliveira, assistente de acção educativa do município das Caldas da Rainha, para lugar vago da mesma categoria no quadro de pessoal deste município.

A interessada deverá proceder à aceitação do lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12 de Julho de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador em Regime de Permanência, *Hermínio Loureiro de Magalhães*.

2611034395

## JUNTA DE FREGUESIA DA BURACA

### Aviso n.º 13 946/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que a Junta de Freguesia da Buraca, na sua reunião de 16 de Julho de 2007, deliberou deferir o pedido de exoneração apresentado pelo jardineiro Pedro de Oliveira Guedes Rua, a partir de 13 de Julho de 2007, em conformidade com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

17 de Julho de 2007. — O Presidente, *Jaime Pereira Garcia*.

2611034534

## JUNTA DE FREGUESIA DE CORROIOS

### Aviso (extracto) n.º 13 947/2007

#### Contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Junta de Freguesia, na sua reunião de 28 de Junho de 2007, deliberou celebrar contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de seis meses, para a categoria de auxiliar de serviços gerais, com início em 23 de Julho de 2007, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com Vítor Manuel Martins Félix, posicionado no escalão 1, índice 128, no valor de € 418,24. (Isento de visto de Tribunal de Contas.)

17 de Julho de 2007. — O Presidente, *Eduardo Manuel Brito Rosa*.

2611034355

## JUNTA DE FREGUESIA DA PÓVOA DE VARZIM

### Aviso (extracto) n.º 13 948/2007

1 — Faz-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de Junho de 2007, e em cumprimento do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 15 de Julho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso para provimento do seguinte lugar:

1.1 — Assistente administrativo — uma vaga.

2 — Natureza do concurso — externo de ingresso.

3 — Validade do concurso — caduca com o preenchimento da vaga posta a concurso.

4 — Local de trabalho — freguesia da Póvoa de Varzim.

5 — Conteúdo funcional — o constante do despacho n.º 38/88, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989.

6 — Requisitos de admissão — só podem ser admitidos a concurso os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos:

6.1 — Requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais — 11.º ano de escolaridade ou equivalente.

7 — Remunerações e condições de trabalho — a remuneração corresponde ao escalão 1, índice 199, sendo actualmente de € 650,23. As condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da administração local.

8 — Métodos de selecção — prova teórica de conhecimentos gerais escrita (com a duração máxima de noventa minutos), prova teórica de conhecimentos específicos escrita (com a duração máxima de noventa minutos) e entrevista profissional de selecção. O ordenamento final dos candidatos será expresso na escala de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, e resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(PTCGE + PTC EE + EPS)}{3}$$

sendo:

CF = classificação final;

PTCGE = prova teórica de conhecimentos gerais escrita;

PTCEE = prova teórica de conhecimentos específicos escrita;

EPS = entrevista profissional de selecção.

Consideram-se não aprovados os candidatos que, na classificação final, obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

Factores de apreciação da entrevista profissional de selecção — capacidade para resolução de problemas, conhecimentos profissionais, motivação e interesse pela função, capacidade de iniciativa e grau de criatividade.

9 — Os critérios de apreciação, ponderação e os respectivos níveis de avaliação dos métodos de selecção a utilizar no presente concurso, bem como o sistema de classificação final e fórmula classificativa constam da acta n.º 1 de reunião do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Programa das provas de conhecimentos:

10.1 — Prova teórica de conhecimentos gerais escrita — temas relativos aos direitos e deveres da função pública e à deontologia profissional.

10.2 — Prova teórica de conhecimentos específicos escrita — atestados, registo e licenciamento de canídeos, gestão de recursos humanos e processamento de salários.

11 — Legislação:

11.1 — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 157/2001, de 11 de Maio, e 24/84, de 16 de Janeiro; Carta Ética da Presidência do Conselho de Ministros.

11.2 — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março (artigos 33.º e 34.º), Portarias n.ºs 421/2004 e 422/2004, de 24 de Abril, Decretos-Leis n.ºs 312/2003, 313/2003 e 314/2003, de 17 de Dezembro (artigos 14.º a 16.º), Portaria n.º 585/2004, de 29 de Maio, Decretos-Leis n.ºs 313, 248/85, de 15 de Julho, 247/87, de 17 de Junho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 238/99, de 25 de Junho, e 29/2001, de 3 de Fevereiro, Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

12 — As provas de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos são, cada uma delas, eliminatórias de *per si*.

13 — Apresentação das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Junta